

CLIPPING IMPRESSO

19/02/2020



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL EXTRA	
2.1. JUÍZES.....	2
2.2. PRESIDÊNCIA.....	3
3. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	
3.1. CNJ.....	4
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	5 - 7
4.2. DECISÕES.....	8
4.3. PRESIDÊNCIA.....	9 - 10

TJ anula julgamento que absolveu Docó

Criminoso volta a ser submetido aos jurados; ele passou 14 anos foragido no Rio de Janeiro

O Tribunal de Justiça (TJ) anulou, ontem, o julgamento de Maurício

da Mota Dutra, o Docó, ocorrido no dia 18 de outubro de 2018. Ele havia

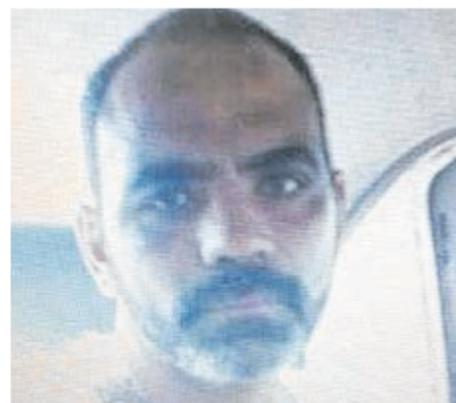
sido absolvido da acusação do assassinato do ex-secretário de Cultura de Grajaú, José de Andrade Arruda Filho, o Arruda Filho, ocorrido em 2003, em Grajaú.

Os três magistrados da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, por unanimidade, decidiram anular o júri popular que decretou a absolvição de Maurício Dutra, que tinha

premeditado o crime.

O Ministério Público Estadual (MP-MA), com apoio da defesa, recorreu da decisão de outubro, e os desembargadores da 1ª Câmara Criminal decidiram anular o julgamento. A Comarca de Grajaú e o MP-MA serão notificados da decisão para a realização de um novo julgamento. A defesa de Maurício da Mota Dutra será notificada também.

Arquivo



Maurício da Mota terá novo júri

Os familiares da vítima esperam por justiça há quase 17 anos. Arruda Filho, foi assassinado dentro de casa, tudo porque resolveu apartar uma briga. Ele morreu praticamente na frente da mãe dele, que, na época do crime, tinha mais de 70 anos. Após o assassinato, Docó passou 14 anos foragido, sendo preso em 2017, no Rio de Janeiro. ●

Audiência Pública na baixada discutirá serviços de ferryboat

A deputada Dra. Thaiza Hortegal, através de requerimento na Assembleia Legislativa, solicitou a realização de uma audiência pública para ouvir os usuários do principal transporte para a baixada maranhense. Os ferryboats são alvo de constantes reclamações de passageiros e têm sido uma das bandeiras da parlamentar na Assembleia Legislativa desde o primeiro dia de seu mandato, em 2019. A atuação constante pelas melhorias no serviço e as últimas ocorrências nos ferryboats como colisão e panes, impulsionaram a decisão do governador de intervir em uma das empresas e determinar o processo licitatório.

“Esta audiência chega em um momento muito propício para a baixada maranhense e, principalmente, para o gover-

no do estado, quando teremos oportunidade de ouvir a sociedade civil, prefeitos, vereadores, empresários, promotores e juízes da região da baixada, justamente no período do processo licitatório para contratação desse serviço. Então, desejamos ter em mãos esse relatório que também ajudará o governo na administração do transporte aquaviário, já que estamos diante de uma gestão que preza pelo diálogo, que é a do governador Flávio Dino”, destacou Dra. Thaiza.

A audiência pública está prevista para acontecer no dia 10 de março, terça-feira, às 14h, em Pinheiro, e serão convidados representantes de todas as esferas públicas e privadas, junto com a sociedade civil, na baixada maranhense, para discutir as melhorias do serviço.



Desembargador Joaquim Figueiredo reafirma importância do diálogo com os servidores

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu, na manhã desta terça-feira (18), em seu gabinete, os servidores Francisco Coutinho, Anísio Júnior e Pedro Davi Araújo da Silva, ocasião em que foram discutidas algumas questões de interesse da categoria.

Durante o encontro, os servidores agradeceram a oportunidade, ressaltando a importância

do contato constante com a presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O desembargador Joaquim Figueiredo afirmou que o diálogo com os servidores é de extrema importância e oportuniza a todos a apresentação de sugestões nos assuntos relacionados à administração.

“Ao longo da nossa gestão, temos adotado uma postura de respeito e compromisso com a

família judiciária, dialogando e ouvindo as sugestões dos servidores de forma democrática” frisou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Os servidores Francisco Coutinho, Anísio Júnior e Pedro Davi Araújo da Silva registraram o reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo desembargador Joaquim Figueiredo em prol dos servidores da Justiça Estadual.

“Ter em esse diálogo constante com o presidente do TJMA é um marco institucional e um novo momento no Poder Judiciário do Maranhão”, pontuou o servidor Anísio Junior.

Ao longo da reunião, o presidente Joaquim Figueiredo, o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e os servidores falaram ainda sobre os avanços registrados nos últimos dois anos de gestão.

Transparência

TJMA transmite ao vivo sessões plenárias no Youtube

A primeira transmissão no canal foi a sessão de abertura do ano judiciário em 22 de janeiro

Tornar as decisões do Judiciário estadual ainda mais transparentes e acessíveis à sociedade e aos profissionais que atuam na área do Direito. Com esse objetivo, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), está transmitindo, ao vivo e na íntegra, as sessões plenárias administrativas e jurisdicionais, todas as quartas-feiras, a partir das 9h, em seu canal oficial do Youtube (tjmaoficial), exceto os julgamentos de processos que correm em segredo de Justiça. A transmissão ao vivo, por áudio, já vêm acontecendo desde 2015, quando as sessões plenárias e das câmaras colegiadas começaram a ser veiculadas na Rádio Web Justiça do Maranhão, com acesso no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br) e pelos aplicativos “Rádio TJMA” nos sistemas Android e iOS dos celulares. Durante a sessão plenária, “flashes” ao vivo também são



DIVULGAÇÃO

Desembargador José Joaquim Figueiredo preside a sessão de abertura do ano judiciário, quando foi feita a primeira transmissão no canal do Youtube do TJMA

feitos na rede social Instagram do TJMA (@tjmaoficial).

A novidade amplia o acesso à Justiça, em relação aos julgamentos da Corte estadual e proporciona um maior conhecimento da sociedade sobre seus direitos e deveres, ao acompanharem a prática jurídica exercida por magistrados, procuradores de Justiça, advogados, defensores e demais profissionais do Direito.

Para o presidente da Corte Estadual, desembargador Joaquim Figueiredo, a transmissão ao vivo das sessões plenárias do TJMA traduz o respeito ao princípio da transparência nas instituições, permitindo à sociedade o conhecimento de decisões que de alguma forma refletirão no seu cotidiano.

“Além de significar transparência, é a maneira da Justiça maranhense se manter próxima da sociedade, democratizando a informação do Judiciário. É um ganho para todos os cidadãos e para a própria Justiça, que mostra uma realidade palpável, constituída por magistradas e magistrados lúcidos e esforçados, dando o melhor de si na missão de distribuir Justiça”, frisou.

Entre os pontos positivos das transmissões inclui-se a harmonização na convivência da Magistratura, do Ministério Público e da Advocacia.

Para o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, com a iniciativa, o Poder Judiciário presta também inegável serviço à comunidade

jurídica.

Para o desembargador Joaquim Figueiredo, o encurtamento da distância entre as instituições jurídicas e a vontade do povo, de tomar parte delas, representa elemento essencial à solidificação do Estado de Direito, posto que aumenta a confiança na administração da Justiça e na forma democrática de exercitar o Direito. Ele diz que quanto maior a transparência, maior será a credibilidade do Poder Judiciário perante a sociedade.

“Isso é democracia e um grande exemplo, entre muitos outros, das conquistas obtidas pelo Poder Judiciário no quesito transparência. A transmissão das sessões plenárias da Corte de Justiça maranhense representa, por si, um avanço significativo para o interesse público no processo de consolidação da democracia”, destacou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O assessor-chefe de Comunicação do TJMA, jornalista Antonio Carlos Lua, explica que a transmissão ao vivo dos julgamentos se constitui uma prática inovadora e remete os cidadãos ao mundo legal. “É seguramente hoje o mais sólido meio de informação a todos que desejam conhecer o funcionamento do Poder Judiciário, que não é um poder alheio à realidade”, salientou. O jornalista entende que a transmissão é uma oportunidade fantástica oferecida ao cidadão,

conferindo maior aproximação da sociedade com o Judiciário, consagrando o direito à informação. “O que pesa nesse fato é o direito personalíssimo da informação da sociedade, notadamente na era atual, quando aumentar a publicidade dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça”, acrescentou.

ACESSO AOS PROFISSIONAIS DO DIREITO

A transmissão ao vivo das sessões plenárias auxilia de forma muito assertiva o trabalho dos profissionais de Direito, a exemplo dos advogados, classe profissional atualmente muito exigida e demandada no exercício da atividade jurídica. “A possibilidade de assistir aos julgamentos do TJMA ajuda os advogados que trabalham em outros Estados e não podem estar fisicamente presentes, seja pelo custo, seja pelo excesso de trabalho que impõe uma advocacia rápida, ao estilo dos ‘fast foods’”, destacou.

CARÁTER PEDAGÓGICO

Um outro viés importante das transmissões ao vivo é o caráter pedagógico. O acesso às decisões emanadas da Corte maranhense atinge, além dos diversos públicos de interesse do Judiciário, o universo acadêmico do Direito. O assessor de Comunicação, Antonio Carlos Lua, explicou que a veiculação dos julgamentos da Corte estadual pode ser

considerada uma aula ao vivo para estudantes de Direito, entusiastas da área jurídica e profissionais do Direito. “A transmissão amplia as possibilidades de interação do Poder Judiciário com os jurisdicionados”, disse.

No entendimento do advogado Isaac Mousinho, a transmissão ao vivo é, sem dúvidas, um avanço, uma vez que “aproxima, mais ainda, a comunidade jurídica, em especial os milhares de Advogados militantes em nosso Estado. O jurisdicionado, por sua vez, tem a possibilidade de conhecer os magistrados da Corte Judicial Estadual, bem como, é a ferramenta ideal para acompanharem o julgamento dos processos em que são parte”, enfatizou.

Isaac Mousinho afirmou que já acompanha às sessões do TJMA há algum tempo. “É a melhor maneira para saber como os ‘players’ decidem (desembargadores). A transmissão ajuda, ainda, na preparação para a sustentação oral”, constatou. Para o estudante do 10º período de Direito, da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Davi Rocha Nogueira, assistir às sessões de julgamento é ver na prática a aplicação da teoria vista em sala de aula. “Com essa ferramenta, conseguimos ver a dinâmica da prática jurídica, além de ajudar a aproximar o cidadão comum e o Tribunal, por meio da democratização da informação e da transparência”, ressaltou.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Revista

O Poder Judiciário do Maranhão publicou a última edição da 'Revista do Tribunal de Justiça', que tem apresentação do presidente da Corte maranhense, desembargador Joaquim Figueiredo. O Conselho editorial da revista é presidido pelo vice-presidente e presidente eleito do TJMA para o novo biênio, desembargador Lourival Serejo, cuja dedicação na produção da publicação foi reconhecida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo.

Integram também o Conselho Editorial da revista na condição de membros, os desembargadores Cleones Cunha, José de Ribamar Castro e Josemar Lopes Santos.

Últimas Notícias

TJ-MA transfere júri popular de Júnior do Nenzin de Barra do Corda para São Luís

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu nesta terça-feira (18) pelo desaforamento do julgamento de Manoel Mariano de Sousa Filho, o Júnior do Nenzim.

Ele irá a júri popular por ser acusado de assassinar o próprio pai, Manoel Mariano de Sousa, o Nenzin, no dia 6 de dezembro de 2017, na zona rural de Barra do Corda.

A transferência do júri de Barra do Corda para São Luís acatada pelo TJ-MA ocorreu a pedido do Ministério Público, levando em consideração as alegações da Procuradora Regina Lúcia Almeida Rocha. Ela sustentou que Júnior do Nenzin ainda possui muita influência na cidade.

O relator do Processo foi o Desembargador Josemar Lopes Santos, que seguiu a orientação do MP-MA e decidiu pela transferência do júri para a capital maranhense. O voto foi acompanhado pelos outros dois desembargadores membros da Terceira Câmara Criminal, José de Ribamar Froz Sobrinho e Tyrone José Silva.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



“A publicação traz artigos com conteúdo rico, primando pela inovação e pela reflexão de temas relevantes, disseminando o pensamento jurídico atual junto aos profissionais do Direito interessados em aprimorar seus conhecimentos”, afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.



Rapidinhas

- O presidente TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu visita do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e do defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos.
- Durante a conversa com o procurador-geral de Justiça – no Palácio Clóvis Beviláqua, sede da Corte Estadual de Justiça – o desembargador falou da importância do diálogo institucional.
- Ressaltando o caráter público do Poder Judiciário, ele disse que o Tribunal de Justiça trabalha em harmonia com as instituições, tendo como foco a defesa dos interesses do cidadão.